



HAL
open science

A Redescoberta da Amazonia num Projeto da Unesco

Patrick Petitjean, Heloisa Maria Bertol Domingues

► **To cite this version:**

Patrick Petitjean, Heloisa Maria Bertol Domingues. A Redescoberta da Amazonia num Projeto da Unesco. *Estudos Historicos*, 2000, 14 (26), pp.265-292. halshs-00116956

HAL Id: halshs-00116956

<https://shs.hal.science/halshs-00116956>

Submitted on 28 Nov 2006

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

A redescoberta da Amazônia num projeto da UNESCO: O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica

**Patrick Petitjean (Equipe REHSEIS/CNRS e Université Paris 7, França)
Heloisa M. Bertol Domingues (Museu de Astronomia e Ciências Afins)**

Introdução

Em novembro de 1984, foi submetido à consideração do Congresso Nacional, pela Comissão de Relações Estrangeiras, o pedido de apreciação de uma convenção internacional (Mensagem 161-A, 1950), criando o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). Curioso, pois, há mais de trinta anos, esta Convenção tinha sido submetida pela primeira vez à Câmara dos Deputados. Primeiro, em outubro de 1948, pelo então presidente Eurico Dutra e, com algumas modificações, novamente, em maio de 1950. Quem poderia ainda lembrar-se do Instituto proposto, cuja Convenção foi desta vez, com razão, julgada sem objeto e definitivamente arquivada em março de 1985, pois a função do Instituto proposto já estava preenchida por organismos mais recentes?

No entanto, na virada dos anos 1950, o projeto deste Instituto foi objeto de uma polêmica intensa, que ocupou páginas e páginas dos jornais e muitas horas de debates na Câmara. Na UNESCO, onde este projeto havia ganhado corpo, ele deixou por longo tempo a lembrança de um “elefante branco”, de um projeto abstrato, desconectado das realidades locais, de um erro típico do irrealismo dos primeiros anos da instituição e da confusão dos organismos internacionais.

Quem lembra que este Instituto foi proposto pela primeira vez por um grande intelectual brasileiro, Paulo Berrêdo Carneiro, em maio de 1946, logo após o fim da guerra, em plena reconstrução das relações internacionais? Em maio de 1947, a UNESCO o transformou numa das suas quatro prioridades. Porque? Porque Joseph Needham e a Divisão de Ciências da UNESCO tentavam fazer realizações exemplares para estabelecer uma nova concepção da cooperação científica internacional, menos europocentrista.

Uma conferência científica internacional, realizada em Belém em agosto de 1947, dotou o Instituto nascente de um vasto programa de estudos científicos para a Amazônia. Uma segunda

Este trabalho é parte de uma pesquisa que está sendo realizada através de um Convênio CNPq/CNRS, coordenada pelos autores. Para a sua realização foram consultados vários arquivos: Arquivo Histórico do Itamaraty (Itamaraty); Arquivo do IBECC; Arquivo de História das Ciências do Museu de Astronomia (MAST); Arquivo Heloisa Alberto Torres, Casa de Cultura de Itaboraí (HAT); Arquivo do Museu Nacional; Biblioteca Nacional, Rio; Needham Archive - Cambridge University, UK; Public Record, Kew. UK; Arquivo Diplomático da França, Nantes; Arquivo da UNESCO, Paris (UNESCO).

conferência, em Iquitos (Perú), em abril de 1948, lhe deu uma base jurídica e financeira, um Comitê Provisório, com uma Presidente brasileira (Heloisa Alberto Torres, Diretora do Museu Nacional), um Secretário geral (E.J.H. Corner, botânico inglês), um escritório em Manaus. A UNESCO financiou três missões científicas em 1948, para preparar o futuro Instituto mas, tomada por dificuldades políticas e financeiras, congelou sua participação no projeto em fins 1948. Paradoxalmente, neste mesmo período, uma polêmica extremamente violenta explodiu na imprensa, no Congresso Federal e em diferentes instituições no Brasil, conduzida pelo ex-presidente Artur Bernardes, acusando o IHA de ser a ponta de lança de uma intervenção colonial dos grandes poderes para tomar a Amazônia.

Sem ter sido ratificado, o Instituto permaneceu, a partir de 1949, como uma concha vazia, unicamente com a Presidente e um financiamento do Governo brasileiro. Ele foi desaparecendo com o tempo, nem precisou ser dissolvido, porém, seus objetivos foram parcialmente retomados pelo Governo brasileiro, com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 1954, um instituto nacional e não mais internacional.

Descobrir a história do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica é redescobrir um debate, recorrente desde o século XIX, sobre os modos de exploração da Amazônia que as concepções da ciência “internacional” subentendiam. Por outro lado, significa redescobrir uma tentativa de reorientar, no imediato pós-Guerra, a cooperação científica (da Europa e Estados Unidos) com países “economicamente em atraso” (segundo os termos da época). Um como o outro são estranhamente atuais na hora da globalização e do reaparecimento dos novos projetos de desenvolvimento agrícola da Amazônia.

I- O surgimento do projeto do IHA na UNESCO: coincidência de idéias

Paulo Estevam de Berrêdo Carneiro estava na origem do projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e de sua adoção pela UNESCO¹. Sem ter-se implicado diretamente na instituição do Instituto após a Reunião de Belém, ele não o deixou de lado e, tentando pessoalmente desbloquear as situações embaraçosas, viajou reiteradas vezes ao Rio (setembro e outubro de 1948 e janeiro e maio de 1950). Paulo Carneiro era um cientista que escolheu a diplomacia em 1946 para contribuir no processo de criação da UNESCO. Ele formou-se como engenheiro químico na Escola Politécnica do Rio e, em 1924 obteve uma bolsa para fazer uma

Notas

¹ Parte das informações sobre Paulo Carneiro foram tomadas de sua entrevista de 07/08/1979 ao Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro e do seu arquivo particular consultado por gentileza de seu filho Mario Carneiro.

tese em Paris, na Sorbonne com Gabriel Bertrand (1927-1931). O tema que desenvolveu era sobre a cafeína contida no guaraná. De volta ao Rio, ele trabalhou sobre o curare no Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e ocupou diferentes cargos institucionais. Foi, por alguns meses, Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco, onde fundou um instituto de pesquisas agrônomicas com vocação social. O interesse dele pela Amazônia manifestou-se com seus trabalhos científicos em bioquímica dos vegetais e suas responsabilidades institucionais no Brasil. Foi professor da Escola Politécnica e Assistente do Deputado Juarez Távora, para quem redigiu o anteprojeto do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, instituído em 1933. Em 1937, com o golpe de estado de Getúlio Vargas optou por retornar à Paris, onde voltou a trabalhar com Gabriel Bertrand no *Institut Pasteur*. Desenvolveu seu trabalho sobre a síntese do curare com Bovet que, após a guerra, ganhou o prêmio Nobel por este trabalho. Paulo Carneiro permaneceu em Paris no momento da ocupação alemã quando foi preso e deportado para a Alemanha, onde ficou cerca de 2 anos.

A importância da colaboração internacional na pesquisa científica, base do futuro IIHA, partiu tanto do trabalho científico de Paulo Carneiro como da experiência que ganhou no meio diplomático posteriormente. A compreensão do valor social da ciência seguramente se deveu à sua formação positivista, na qual ele fora educado desde a infância[□]. Seu pai, Mario Barboza Carneiro,

[□] Entrevista de Mario Carneiro aos autores, 06/02/2000.

³ De acordo com o que ficou estabelecido na reunião, cada país contribuiria com um valor no orçamento do IIHA que, para 1948, em dólares, seriam os seguintes: Brasil – 150 000,00; Perú – 40 000,00; Colômbia – 40 000,00; Venezuela – 25 000,00; Bolívia – 9 000,00; Equador – 5 000,00; France – 15 000,00; Holanda – 5 000,00; Autorizaram que o Reino Unido, a França e a Itália poderiam contribuir com equipamento e material (UNESCO/NS/IIHA/12).

⁴ Jorge Latour era genro de Artur Bernardes e considerado um remanescente do fascismo, “velho ‘galinha verde’ e racista, pelo jornal *Diretrizes* do Rio de Janeiro (Os tardios receios da brasilidade, *Diretrizes*, 30/12/1949).

Bibliografia

- Bastos, A.C. Tavares, *O vale do Amazonas*. 1975, 3ª edição, Coleção Brasiliana, vol. 106, São Paulo. 1ª edição 1875.
- Bastos, A.C. Tavares, *A Província*. 1937, 1ª edição 1870, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Boletim do IBECC, n° 2, 1948; n° 3, 1949.
- Carneiro, Paulo, 1951 - *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: Razões e Objetivos da sua Criação*.
- Domingues, Heloisa M.B., 1995, *Ciência, um caso de política. As ciências naturais e a agricultura no Brasil Império*. USP/FFLCH (tese de doutoramento).
- Ferro, Marc, 1994, *Histoire des Colonizations des conquêtes aux independances. XIII^e - XX^e siècle*. Paris Seuil.
- Huxley, J.- 1947, UNESCO, its purpose and Philosophy, Washington, Public Affairs Press.
- Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1946-1950.
- Mabberley, David J., Edred John Henry Corner, C.B.E. Londres, *Royal Society*, vol. de 1999, 79-93.
- Needham, Joseph, 1945 – *The place of Science and Internacional Scientific Cooperation in Post-War World Organization*. Washington.

foi fundador da Associação Brasileira dos Amigos de Augusto Comte, a qual pertenciam, por exemplo, o Embaixador Souza Dantas e o Marechal Rondon (Associação Brasileira de Augusto Comte, M.B.Carneiro, Rio de Janeiro, abril/1949).

O valor da Amazônia como importante objeto do conhecimento era difundido desde séculos. La Condamine que a visitou em 1736, descreveu o uso do “caucho” pelos índios, mostrando como eles o preparavam e utilizavam. Posteriormente, Humboldt, Wallace, Bates, Darwin, Agassiz e tantos outros passaram pela região. No século XIX a exploração da Amazônia tornou-se também objeto dos projetos políticos do governo imperial e duas regiões do Brasil foram o alvo principal: o Vale do rio São Francisco e a Amazônia (Domingues,1995). Em 1850 o imperador Pedro II abriu a navegação fluvial para a região, inaugurando a Companhia de Navegação do Amazonas, com a finalidade de explorar os recursos naturais e [para isto] desenvolver núcleos urbanos.

Em 1866 era publicado o livro de Tavares Bastos, *O vale do Amazonas*, onde, ele defendia a livre navegação do Rio Amazonas e terminava dizendo que a prosperidade real da região dataria da sua “liberdade” (Bastos, 1975). Bem mais recentemente, em 1972, Arthur César Ferreira Reis, um dos grandes historiadores da região, presidente do INPA e governador do Estado do Amazonas, dizia que desde Agassiz, “o vale dos trópicos”, que fora descrito como uma fonte paradisíaca de matérias-primas, continuava a representar uma reserva para o futuro. Isto apesar das campanhas sanitárias dos anos 1930, das diferentes missões americanas do início dos anos 1940, quando a questão do povoamento e desenvolvimento econômico da Amazônia foi relançada nos debates políticos. Na Câmara Federal foi criada a Comissão de Valorização da Amazônia e as antigas instituições científicas como o Museu Goeldi, em Belém, criado em 1866 e reinstalado nos anos 90(Schwarcz,1993) e o Instituto Agrônomo do Norte, criado em 1940, em Manaus continuavam atuando. O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica viria somar-se a estes. Aliás, a primeira justificativa de Paulo Carneiro para a sua criação foi a preocupação em dar impulso ao Museu Goeldi que, na sua interpretação, passava por dificuldades financeiras.

Petitjean, P., 1999, “Anglo-French Civilities and Ecumenical Science”, Org. I.Habib e D. Raina, *Situating the History of Science*. New Delhi, Oxford University Press.

Reis, Arthur César F., 1972, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, Rio, Companhia Editora Americana, 4ª edição.

Revista do Clube Militar, 1946-1950.

Schwarcz, Lília M. - 1993, *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.

Porém, o projeto de Paulo Carneiro ao ser abraçado pela UNESCO ganhou novos rumos que o incluía, juntamente com a Amazônia, nos planos de cooperação científicos internacionais do imediato pós-guerra. Desde os anos 1942/43, os países aliados planejaram lançar as bases de uma nova agência internacional no domínio da cultura e da educação. Em 1944/45 teve lugar um debate sobre o espaço da ciência nesta nova organização: deveria a ciência figurar como um componente da cultura (a ciência como atividade intelectual) ou deveria constituir um domínio completo, compreendendo as ciências fundamentais e aplicadas?(Petitjean, 1999). Ou então, seria necessário cortar as ciências em duas partes, reenviando as aplicações a um outro organismo da ONU, o seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC)? Foi somente após Hiroshima (agosto de 1945) que a decisão de criar uma divisão de ciências naturais no seio da UNESCO foi efetuada pelos governos aliados. Prevenir os conflitos, trazidos pela guerra, como a bomba atômica ou os fascismos, com um tecido de organizações internacionais que ajudasse a compreensão mútua e o desenvolvimento das relações culturais e colocasse a ciência a serviço da humanidade, era idéia forte à saída da guerra. A UNESCO as incarnou no seu início.

Mas, para Needham, primeiro diretor da Seção de Ciências da UNESCO, a idéia de uma organização internacional da ciência ia mais longe. Uma política de “laissez faire” em matéria de trocas científicas internacionais poderia se contentar em sustentar as uniões científicas e assim satisfazer os cientistas europeus ou norte-americanos. Mas uma organização voluntarista internacional era indispensável para os países menos desenvolvidos e para a reconstrução dos países europeus devastados pela guerra. Foi o que Needham chamou, desde 1945, “o princípio de periferia”, e que ele procurou desenvolver como primeiro diretor da Divisão de Ciências da UNESCO. O programa para as ciências, preparado por Needham, foi discutido por uma sub-comissão da qual fez parte Paulo Carneiro, onde apresentou o seu projeto do Instituto Internacional para a Amazônia. Oficialmente ele foi apresentado na primeira Reunião Geral da UNESCO, em Paris em 1946.

Não era a primeira vez que Paulo Carneiro apresentava seu projeto. O projeto foi apresentado pela primeira vez ao governo brasileiro em meados de 1945. O objetivo que ele preconizava para o instituto era o de um instituto de pesquisa internacional que agruparia todos os países que tivessem território na Amazônia: os seis países latino-americanos e os três poderes coloniais das Guianas. Na UNESCO, o projeto estava de acordo com o “princípio de periferia” de

Joseph Needham, quando as propostas em torno da criação de institutos de pesquisa internacionais – de matemática aplicada e observatórios – ia crescendo cada vez mais.

A Conferência de Paris fixou finalmente o papel que representava o IHA: *“Um dos projetos mais interessantes, entre os que visam o crescimento de nossos conhecimentos. (...) Trata-se de um estudo, que a UNESCO se propõe empreender, sobre a maneira de estabelecer um modo de vida aceitável em regiões de florestas equatoriais ...”*(UNESCO, 1C/23).

As razões pelas quais o projeto de Paulo Carneiro foi retomado tão facilmente pela UNESCO são, sem dúvida, de diferentes ordens. Para além de esposarem um pensamento comum positivista, intelectuais como Paulo Carneiro, Joseph Needham, Julian Huxley ou Henry Laugier, no comando da UNESCO e do ECOSOC ao final da guerra, dividiram preocupações comuns, como por exemplo:

- a função social da ciência: bem utilizada, desenvolvida e organizada, constituiria um poderoso instrumento para o progresso social, material e moral, ao contrário do que demonstrava a incapacidade do capitalismo liberal de utilizar a ciência face à crise econômica dos anos 1930, e o sucesso científico do período da guerra. A ciência, consideravam, era o melhor meio de relevar os desafios do pós-guerra: melhorar as condições de vida, assegurar o desenvolvimento econômico dos países “atrasados” e, sobretudo, responder aos problemas da fome, da desertificação e da superpopulação.
- a função internacional da ciência: todos estavam longe do modelo positivista tradicional do governo mundial para os cientistas; para eles a ciência era internacional por “natureza” e porque “neutra”, ela facilitava as trocas entre as civilizações e seu enriquecimento recíproco; ela permitia sobretudo a emergência de valores comuns a todas as sociedades. Paulo Carneiro e, principalmente, Julian Huxley iam ainda mais longe pois para eles, a emergência de uma civilização mundial seria o estágio supremo da evolução biológica. (Carneiro, 1950; Huxley, 1947)
- o princípio de “periferia”: Todos faziam frequentemente referência a este princípio proposto originalmente por Needham para justificar a criação de laboratórios pela UNESCO, fora da Europa e dos Estados Unidos. Partindo de uma vontade de lutar contra o europocentrismo espontâneo dos cientistas europeus, este princípio não os protege de uma concepção monolítica das atividades científicas: a ciência internacional era concebida pelos europeus e norte-americanos.

Neste sentido, para a UNESCO, o projeto de Paulo Carneiro foi o bom projeto apresentado no bom momento. Não havia ambiguidade sobre os objetivos do projeto, significavam essencialmente produção de conhecimentos científicos em várias disciplinas, de interesse geral para o mundo tropical úmido; se tratava-se de civilizar, tratava-se também de um modo de desenvolvimento que se preocupava com a preservação da natureza e dos índios da Amazônia. Paulo Carneiro definiria mais tarde seu projeto como um projeto de “ecologia humana”. Para as autoridades brasileiras, ao contrário, a ambigüidade foi forte entre as concepções científicas propostas e as concepções tradicionalmente colonizadoras da valorização da Amazônia para a colonização agrícola e o desmatamento.

Na imprensa brasileira as notícias sobre o Instituto Internacional da Hiléia somente despontaram depois da sua adoção incondicional pela UNESCO (o Jornal do Comércio noticiou o apoio da UNESCO em 5 de dezembro de 1946 (p. 1). Nestas notícias refletia-se a ambigüidade das interpretações do brasileiros sobre a criação do instituto internacional de ciências na Amazônia, que acabaram por se transformar numa grande polêmica. Para Paulo Carneiro o instituto deveria antes de mais nada estudar a vida do homem da região que contava ainda com 200000 indígenas. Era preciso, segundo ele, que os cientistas se ocupassem das condições sanitárias da região e da evolução dos índios de acordo com a etnologia e a etnografia. Para ele, *este instituto deverá realizar pesquisas muito desenvolvidas sobre a flora e sobre a fauna amazoniana. ... as pesquisas e explorações que serão realizadas pelos cientistas que se reunirão em Belém, começarão pelos problemas de alimentação, questões botânicas e florestais* (Jornal do Comércio, 11/12/1946. P.1). Ao contrário, Moniz de Aragão, que como embaixador em Londres deu todo o apoio ao IIHA, compreendia o projeto de maneira completamente diferente: *O Brasil se beneficiará enormemente com a iniciativa, que transformará as maiores florestas virgens do mundo numa zona agrícola*” (Jornal do Comércio, 12/12/1946, p.2). Um tal debate entre as duas funções da ciência na Amazônia estaria subjacente às controvérsias que surgiram em relação ao IIHA entre 1949 e 1951. Elas traziam implícitas diferentes visões de colonização, se a entendermos como inerente dos descobrimentos de territórios, o que acontecia desde tempos imemoriais e, no Brasil, pelo menos desde o século XVI (M.Ferro, 1994).

II - O estabelecimento do IIHA e a definição do internacionalismo

A fim de colocar em funcionamento o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica a UNESCO nomeou o botânico inglês, E.J. Corner, pois este tinha experiência em botânica tropical. Era botânico do *Colonial Office* e foi responsável pelo jardim botânico de Singapura durante 17 anos. Tornou-se com isto um dos melhores especialistas ingleses em florestas tropicais úmidas (Mabberley, 1999). Foi nomeado também o médico grego, Basile Malamos, para secundar Corner no Brasil.

O Instituto seria regional num primeiro tempo (pesquisa sobre a floresta amazônica) e numa segunda etapa seria zonal (estudaria particularidades dos trópicos úmidos). Ele se apoiaria em expedições de diferentes disciplinas e o material coletado permaneceria nos países da América Latina diferentemente do que acontecera no passado, quando tudo era enviado para os museus europeus. A sede seria no Brasil. Para preencher o quadro de cientistas do Instituto foram previstos e indicados americanos e europeus que seriam apenas secundados por jovens cientistas latino-americanos (UNESCO, IIHA 166/1). Paulo Carneiro, foi nomeado, pela UNESCO, conselheiro latino-americano de Corner para preparar a primeira reunião do IIHA.

As primeiras contradições em torno da organização do Instituto, logo começaram a se fazer sentir, e a UNESCO era acusada de centralizadora e europocentrista. Ainda em abril de 1947, Paulo Carneiro escreveu uma dura carta a Julian Huxley, chamando a sua atenção sobre o modo de apresentação da idéia de um organismo internacional sobre os estados nacionais e, também, para a maneira como ele estava sendo estruturado pela UNESCO. Apesar de reconhecer a competência de Corner e Basile Malamos, Paulo Carneiro questionou o papel que desempenhariam na instituição a ser criada, sublinhando que a UNESCO estava enviando para América do Sul um inglês e um grego que não conheciam absolutamente nada dos países integrantes da Hiléia Amazônica, fosse de sua personalidade, fosse de sua língua. De fato, eles não falavam nem inglês, nem espanhol, jamais haviam tido relações com cientistas da América Latina e não conheciam nada da Amazônia. Para Paulo Carneiro, era preciso ter uma forte personalidade sul-americana no Instituto e os ingleses deveriam estar sempre acompanhados de representantes dos países com os quais deveriam também manter contato prévio. –“Não esqueça, Senhor Diretor Geral”, dizia Paulo Carneiro, *que os países sul-americanos não gostam de ser tratados como Colônias às quais se envia missões de estudo que eles não participam desde a origem* (Carta a Julian Huxley, 16/04/1947) Ele preconizava um

problema que ascenderia à cena pública pouco mais tarde no Brasil. Porém, esta constatação não abalava sua convicção relativamente ao instituto internacional de pesquisas para Amazônia. Em 1951, no discurso que fez na Escola Superior de Guerra em defesa do IIHA, disse:

“A predominância da vida internacional no mundo contemporâneo decorre de imperativos inexoráveis. ...É uma manifestação inseparável do nível de civilização a que atingimos. Não implica, de nenhum modo, em ameaça à integridade ou à soberania dos povos. Ao contrário, essa reação permanente do conjunto sobre as partes é a melhor garantia da independência e da liberdade de cada país. O perigo não está na intensificação da cooperação e das inter-comunicações que os regimes democráticos desenvolvem, mas no isolacionismo em que se retraem os Estados totalitários, convertendo-se em vasos fechados propícios à cultura de todas as virulências. O fascismo italiano, o nazismo alemão e o bolchevismo russo são manifestações de patologia social condicionadas pela ruptura dos laços internacionais (1951, 21).

Paulo Carneiro apresentou o projeto do IIHA aos cientistas brasileiros numa mesa redonda, em junho de 1947, organizada pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), quando ganhou o apoio dos participantes. O primeiro debate sobre as atividades do IIHA prendeu-se ao futuro do Museu Goeldi, pois deveria ser transformado num instituto internacional com as mesmas atribuições que vinha realizando, isto é, fazer coleções de objetos naturais, além de um inventário bibliográfico. O objetivo geral do Instituto de fazer uma “ecologia humana”, realizando estudos das condições de vida das populações (índios e colonos) na Hiléia, permaneceu o mesmo (Jornal do Comércio, 05/06/1947,p.4). Nesta condição ele poderia assegurar a coordenação das expedições na Hiléia Amazônica e a divisão das coleções com outros museus, a formação de um corpo de jovens cientistas bem treinados para acompanhar as expedições, exercer uma fiscalização eficaz das expedições, criar e desenvolver laboratórios de pesquisa capazes de acolher os especialistas que visitariam a Amazônia temporariamente, providenciar a formação imediata de um grupo de trabalho sobre temas que seriam objeto de estudo de diferentes setores da UNESCO e recuperar a publicação de obras inéditas de antigas expedições realizadas na Amazônia. Os demais temas discutidos diziam respeito à estrutura orgânica do futuro IIHA, seu conselho científico, pessoal permanente e cooperação com outras instituições científicas interessadas na região. Paulo Carneiro comparou-o ao *Smithsonian Institution*, mas era prudente: tratava-se de pequeno núcleo de biólogos e antropólogos trabalhando no Museu Goeldi com ramificações no mundo inteiro, graças às colaborações internacionais. O seu desenvolvimento seria progressivo.

Na abertura da Conferência de Belém, que foi realizada pelo governador do Pará, Major Moura Carvalho, este deixou claro o seu entusiasmo em favor da criação do Instituto da Hiléia.

Suas palavras foram marcadas pela idéia de que a Amazônia enquanto um repositório de riquezas era, mais do que brasileira, um patrimônio internacional: -“*A Amazônia é nossa, mas a serviço do mundo, a serviço da ciência, como fonte de trabalho e do bem-estar geral, como potencial capaz de produzir tudo quanto seja necessário aos outros povos, dentro do regime de fraternidade universal, que deve presidir a todas as intenções na vida internacional* (Apud, Carneiro, op.cit., p.24). O Governador era portanto completamente a favor da instituição internacional, nos moldes preconizados na UNESCO. O mesmo apoio para o projeto, que deu o Governador do Pará, obteve Paulo Carneiro dos Governadores de Mato Grosso e Amazonas.

A questão da internacionalização da pesquisa científica na Amazônia não entrou na pauta de discussões da Reunião de Belém. Os países participantes foram França e Grã-Bretanha (pelas suas colônias nas Guianas), Colômbia, Equador, Venezuela, Perú, Brasil e EUA, através de instituições que já mantinham cooperações com os países da região (Organização para Agricultura e Alimentação - FAO, Instituto Internacional de Agricultura e Alimentação - IAIA, Organização para Saúde e a Doença - WHO, Repartição Sanitária Panamericana - PASB, União Panamericana de Agricultura – PAU). As instituições americanas, exceto a FAO, foram representadas por Fred L. Soper, que acabou por presidir a reunião. Paulo Carneiro foi o relator.

A delegação brasileira em Belém contou com representantes de instituições científicas do país e órgãos políticos com interesse direto sobre a região: Museu Nacional, Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; Instituto Agrônomo do Norte; Depto. Nacional de Saúde, IBGE; Escola Nacional de Agronomia; Instituto Nacional de Tecnologia; Depto. de Zoologia de São Paulo; Inspetoria dos Índios do Pará; Banco da Borracha; Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, Divisão de Segurança do Território Federal do Guaporé (Itamaraty- 80/4/07).

O relatório da reunião de Belém, partindo da premissa de que a *natureza é universal* e considerando a importância econômica e social da Amazônia determinou os objetivos do Instituto, recomendando urgência no desenvolvimento de pesquisas nas várias áreas das ciências naturais, como botânica, zoologia, geologia, geografia física, meteorologia, pedologia, bioquímica vegetal, fisiologia animal, medicina, ecologia e antropologia (na estrutura da UNESCO a antropologia era parte da Seção de Ciências Naturais) *para o conhecimento e utilização desse imenso reservatório* (UNESCO/2C/18 - IIHA, 1947).

Além destes objetivos, o Instituto deveria desenvolver um programa de ação mais direto, voltado para a agricultura da região. Este programa visava estudos da ecologia dos peixes de água doce (que serviam de alimento), dos meios de controlar a destruição provocada pelas saúvas, da utilização racional das reservas florestais, do exame da possibilidade de introdução de animais de raça, apropriados para a região equatorial úmida, ou orientar, em colaboração com os países e órgãos técnicos associados, a seleção ou hibridação das raças animais, criando novas raças apropriadas à região. Preocupavam-se com questões antropológicas a fim de evitar o despovoamento e para conhecer a cultura, a economia, o regime alimentar e estado sanitário das populações e, ao mesmo tempo promover inquéritos necessários à criação de tipos de habitação e urbanização que melhor se adaptassem às condições climáticas da região. Ao mesmo tempo diziam que deveria ser estruturada a educação popular através da divulgação cultural por meios modernos de rádio, discos, etc., da criação de museus educativos, bibliotecas e do estabelecimento de escolas técnicas especializadas em química industrial, agricultura, higiene (Relatório das Comissões, Itamaraty, 80/4/07, op, cit.).

Logo após a conferência do IIHA começaram a despontar as primeiras dissensões entre os países participantes conforme noticiou, meses mais tarde, o Jornal do Comércio. Entre os representantes da Colômbia e da Venezuela surgiu uma controvérsia. O primeiro, sustentado por Corner, queria discutir a instalação de colonos na Hiléia, enquanto que o segundo estimava que isto não era atribuição da UNESCO. A UNESCO tinha como objetivo a ciência, educação e a cultura e não o desenvolvimento econômico. Paulo Carneiro declarou que o tema poderia ser aceito sob o ângulo de “melhoria das condições de vida” da população (Jornal do Comércio, 15/08/1947). Em Belém, as dissensões não chegaram a tomar vulto e, o Instituto Internacional foi de um modo geral aceito.

III – A idéia de cooperação científica num Instituto provisório

A Reunião Geral da UNESCO no México e as Conferências de Iquitos e Manaus

A conferência de Belém teve todas as aparências de um sucesso brilhante, produzindo um programa científico coerente e conseqüente. Mas, segundo a UNESCO, tudo restava a fazer não haviam tomado nenhuma decisão precisa e tampouco determinado alguma responsabilidade. Os anglo-saxões estavam cada vez mais reticentes, a ponto do projeto ter parecido estar ameaçado na segunda conferência da UNESCO, realizada no México em novembro de 1947 (UNESCO. IIHA, Pasta 166/1). É bem verdade que as diretrizes dadas a Corner, antes da Conferência de Belém, indicavam claramente que o IIHA devia ser um instituto independente da UNESCO, que apenas forneceria conselhos e ajuda complementar. A responsabilidade financeira deveria ser dos países

participantes. A tarefa mais urgente da Conferência deveria ter sido a de estabelecer as convenções do IIHA com os governos implicados e a ONU (incluindo a UNESCO). Porém, a conferência de Belém tomou uma direção bem diferente do que preconizavam.

A situação preocupou ainda mais o secretariado da UNESCO, pois, desde maio de 1947 os diplomatas norte-americanos fizeram saber que não desejavam que o IIHA se impusesse muito rapidamente, malgrado a apreciação positiva de seus cientistas sobre o projeto (Correspondência de Huxley a Walter Laves, diretor adjunto da UNESCO - UNESCO, Carta de 22/09/1947). Na UNESCO, pensaram em suprimir todo o financiamento destinado ao IIHA, a partir de 1948, e Huxley foi obrigado a defender, a nível político, a causa do Instituto. Não podiam dar a impressão de estar retirando um projeto e financiando uma pesquisa apenas provisória, para não decepcionar os países latino-americanos que esperavam muito mais do IIHA. Em Chicago, na 3^a sessão realizada pela Comissão Nacional para a UNESCO, em setembro de 1947, os Estados Unidos tomaram, oficialmente, uma posição hostil ao IIHA (PRO, Kew, UK – FO 924-600, LC4555). Mas, apesar de Corner estar desencorajado diante das dificuldades políticas e administrativas, Needham confirmou a determinação da UNESCO em prosseguir a sustentação política ao IIHA. Needham explicou em carta a Corner que a hostilidade dos americanos ao IIHA era porque queriam reduzir o orçamento de todos os projetos que não serviam diretamente aos objetivos da Guerra Fria e, baseados na Doutrina Monroe, “não queriam que outros países interviessem na América Latina, mesmo que fosse através da UNESCO” (Needham Archives,D30).

A Inglaterra estava dividida entre a *Royal Society*, bastante favorável ao projeto, o *Foreign Office*, reservado, e o *Colonial Office*, o mais hostil. Porém, mesmo após a primeira Conferência Geral, em 1946, em Paris, que destinou um amplo espaço ao IIHA na UNESCO e as informações regulares enviadas por Corner, via embaixada do Rio, o *Foreign Office* somente deu atenção ao projeto em setembro de 1947, pouco antes da conferência geral que se realizaria no México:

-Parece-me que este instituto é ainda outro exemplo entusiástico da UNESCO, mas é irreal na abordagem dos problemas específicos. Se o projeto do IIHA é para cobrir todos os campos de atividades da UNESCO, o quantitativo do “staff” e do dinheiro deve ser aumentado e, eu penso que a única solução para chegar a algum resultado proveitoso é definir e limitar seus fins, preferencialmente na pesquisa científica pura mas, com um olho nas possibilidades, naturais e humanas, para o desenvolvimento econômico (PRO, LC4082).

A seção latino-americana do *Foreign Office* também estava interessada, por razões diplomáticas: *é preciso ajudar o Brasil e o Perú, para conservar sua neutralidade nos fóruns*

internacionais sobre a questão do colonialismo, onde os ingleses são muito criticados. Na verdade, como se vê noutro documento, este Departamento defendeu a idéia de que a Amazônia devia estar aberta à novas populações, incluindo um excedente de europeus (PRO-FO 924-599, Pasta LC4175). Porém, a maioria do Foreign Office era hostil à todo projeto de laboratório internacional, pois trariam despesas consideráveis. Para o Colonial Office havia algum interesse colonial: para a Guiana era importante obter o fim das restrições na Amazônia sobre as exportações de grãos e para os resultados eventuais concernentes aos produtos coloniais. Mas isto estava longe de ser prioritário.

A atitude francesa era oficialmente muito favorável, em razão de uma sustentação diplomática afixada ao Brasil e aos países latino-americanos na UNESCO. Os cientistas eram favoráveis, desde que isto não afetasse a rede tradicionalmente mobilizada nas relações com a América Latina. O Instituto tornou-se, no entanto, um quadro de trabalho reconhecido após a apresentação da sua proposta a Henri Laugier por Paulo Carneiro (Carta do Representante Diplomático francês, Croy, a H, Laugier – 7/11/1945. Arquivo de Nantes, Fundo B, Pasta 73, Rio-telegramas). Foi assim que, através do Centro Brasil-França criado por Gabrielle Mineur no Rio, o físico Yves Rocard veio ao Brasil, em janeiro de 1947, onde apresentou o projeto de uma estação ionosférica a ser instalada em Belém, integrada ao IIHA (Arquivos de Nantes, pasta 147 - Brasil, relações culturais (ensino, 1945-47). Porém, nesta época a diplomacia francesa apoiava-se muito mais na ONU (ECOSOC) do que na UNESCO, e estava particularmente preocupada com a questão colonial. Neste sentido, não jogou um papel decisivo no debate sobre o IIHA.

Ao final da 5^a Conferência Geral da UNESCO no México, Paulo Carneiro conseguiu, depois de muito debate, que 100000 dólares fossem consagrados ao projeto em 1948, pela UNESCO, que o liberaria diretamente, sem repassar ao Instituto. Isto é, a UNESCO pagaria a conferência de Iquitos e o salário de Corner. A outra parte seria diretamente consagrada a financiar missões científicas na Amazônia. A UNESCO, uma vez tendo conseguido catalizar a criação do IIHA, deixaria de se envolver diretamente e este deixaria de ser um instituto seu. Assim, não previram nenhum orçamento para o ano de 1949. No geral, foram as proposições de Huxley que foram acatadas, ao mesmo tempo, contra os Estados Unidos e Paulo Carneiro. Este acabou por se dirigir a Henri Laugier, dizendo:

-Este projeto pertence à UNESCO, ele nasceu na UNESCO. (...) Ele hoje é parte do espírito que a UNESCO fundou na cooperação internacional. Ele constituirá uma ocasião de encontro para os cientistas, educadores e etnólogos. Não é o momento de retornar aqui sobre os detalhes. Eu tenho confiança na lealdade do homem de ciências que é o Diretor Geral da UNESCO. Eu aceito como

uma fórmula de boa fé toda a proposição que ele fará e espero que nós poderemos no próximo ano, por ocasião da 3ª Conferência Geral, trazer-lhe a prova do interesse e da atividade de todos os países que se reúnem em torno da UNESCO.

Em 1º de dezembro, pouco antes da Reunião Geral, os delegados dos países amazônicos, considerados membros do IIHA, reuniram-se e decidiram que a próxima reunião do IIHA seria no coração da Amazônia, em Iquitos, no Peru, onde finalmente deveria ser estabelecida a base organizacional do futuro IIHA e seria criado um Conselho Interino a ser instituído em Manaus, logo após.

A preparação da parte legal da organização do IIHA foi solicitada, pela UNESCO, a um jurista da ONU, Oscar Schachter. Ele elaborou o documento de Convenção da criação do IIHA, que depois ficou conhecido como a “Convenção de Iquitos”. A minuta da Convenção foi divulgada na UNESCO logo no início de 1948 e, em 27 de janeiro, Paulo Carneiro a recebia.

Em fevereiro, Corner fez, numa carta, um severo comentário ao ante-projeto da Convenção. Ele mostrava-se preocupado com as críticas que a UNESCO poderia receber pela forma como estava sendo pensada a atuação do IIHA junto aos países que compunham a Amazônia. Referiu-se especificamente à idéia do “internacionalismo do Instituto” e o que esta poderia provocar. Disse que o fato de criar um instituto internacional, sobre as fronteiras dos países envolvidos e dirigido por um organismo internacional, era questão bastante delicada e requeria um esclarecimento maior no documento. Disse ainda que, a idéia de “internacionalismo” do Instituto, era entendida por muito poucos na América Latina. Segundo ele, alguns podiam olhá-lo como uma intrusão estrangeira nos seus países ou, outros ainda, como uma “dominação estrangeira da ciência na Amazônia”. Era preciso esclarecer alguns pontos deste documento, como por exemplo, que o Instituto pretendia trabalhar através e com as organizações dos países amazônicos. Deu o exemplo do programa de Antropologia que seria arranjado juntamente com o Museu Nacional, o Serviço de Proteção aos Índios, o Exército e outras organizações locais: *-É preciso deixar claro que um Instituto Internacional não pretende “passar por cima”; ele precisa proceder por colaboração e convites, respeitando as instituições já existentes, pois estas serão os seus guias locais.* Para Corner o documento preparado tinha problemas de linguagem, podendo parecer imperialista na relação com as instituições científicas da região. *Tanto quanto possível, dizia, os institutos locais deverão ser considerados e designados Institutos Associados e seu corpo nacional de pesquisadores*

reconhecido como “colaboradores” do trabalho do IIHA. Segundo ele, deveria ser dito também que estes institutos locais teriam uma relação mais direta com o Diretor do IIHA, pois como está, a relação deste é sempre com o Ministro de Relações Exteriores de cada país. Por outro lado, disse Corner, era preciso salvaguardar as prioridades dos países da Hiléia, determinando as atividades do IIHA no seu território.. É óbvio, disse ele, que *o IIHA não pode ser um instituto exótico operando na Amazônia* (UNESCO,330.19(8) A01-IIHA). Apesar do temor de Paulo Carneiro em relação à representação da UNESCO na América Latina, Corner dava mostras de ter entendido rapidamente que um organismo internacional na América Latina traria inevitavelmente um embate com os nacionalismos locais. Afinal os países da região eram antigas colônias e esta condição não deixaria tão cedo de ser, ao mesmo tempo, um trauma coletivo e um escudo para o estabelecimento de relações políticas.

Para Arenales, representante da UNESCO em Iquitos, a reunião do Perú não seria um ato de criação do IIHA, pois, era preciso esperar a ratificação da Convenção pelos países envolvidos. Ele estava céptico quanto ao Instituto e disse que se comentava que o Brasil tinha uma atitude imperialista no projeto. –*“No que concerne ao suporte financeiro do Instituto as consultas são sempre centradas no Brasil, o qual possui a maior área nacional da região amazônica ...”* (Carta ao Dir. Geral, 20/02/1948, UNESCO, Cx. 166, Pasta 2). Os Estados Unidos mostravam grandes reticências políticas, mas aceitaram que as instituições científicas se fizessem representar. A Colômbia era favorável mas, estava em plena revolução e não podia enviar uma forte delegação. Bolívia, Venezuela e Equador estavam apenas informados sobre o projeto. O Perú estava fortemente motivado e estabeleceu seu próprio organismo coordenador da Hiléia Amazônica peruana (OCHAP).

Na medida em que se aproximava a data da instalação do IIHA, a preocupação com o papel que o Brasil jogaria no Instituto foi crescendo. Para marcar a data da reunião de Iquitos, a Secretaria da UNESCO informou a Corner que era preciso obter o acordo do Brasil e do Perú (Ofício de 24/01/1948, Cx. 166, pasta 2). Era necessário saber ainda o quanto o Brasil se envolveria no projeto, pois, a posição do Brasil também era céptica em relação ao futuro do IIHA, segundo a opinião o Ministro das Relações Exteriores (Carta citada, id. Ibidem). Da UNESCO escreviam a Corner novamente, em fevereiro, para dizer-lhe que nada aconteceria em Iquitos se o governo

brasileiro não fizesse passar as leis que permitiriam financiar o Instituto. Em tal discussão, os objetivos científicos do Instituto pareciam totalmente secundários.

O projeto inicial da Convenção tivera modificações transformando o IIHA num instituto independente, embora ainda concebido como um instituto zonal (para os trópicos úmidos), já não era mais entendido como “regional”, controlado unicamente pelos países concernentes. A ambigüidade do projeto, no entanto, subsistiu. A conjunção destes fatores, considerando o trabalho científico existente no Brasil e a fraqueza do controle do IIHA, pelos próprios países da região, contribuiria para dar o tom do caráter explosivo da polêmica dos anos seguintes. A estas duas questões, Corner adicionou uma terceira: ele estava com a impressão de não ser considerado como o verdadeiro responsável pelo projeto, sentindo-se como um sub-secretário a milhões de quilômetros do real centro de decisões (Carta a Malina, 19/02/48, Cx. 166/2). Além disto, a preparação da Reunião de Iquitos criou um fosso entre a secretaria da UNESCO em Paris e os cientistas brasileiros, fosso ainda maior entre a divisão de ciências e Corner, que demonstrava ter ainda confiança somente em Huxley.

O futuro do IIHA aparecia obscuro, tanto mais que outros países, como a Índia e a Itália começavam a se interessar pelo seu desenvolvimento. A Inglaterra limitou-se a delegar o botânico da Jamaica, Parkinson, para ir a Iquitos como observador, aproveitando-se da sua passagem pelo Rio.

A falta de entusiasmo britânico não era isolada. As autoridades francesas não conseguiram que o geólogo Ehrardt voltasse da África a tempo de participar da reunião como delegado francês que realizaria uma das expedições previstas. Paul Rivet o substituiu em Iquitos, onde acabou por presidir a polêmica reunião.

IV – O IIHA e as reuniões na Amazônia: o auge da internacionalização

A reunião de Iquitos realizou-se entre os dias 1º e 8 de maio de 1948, para estabelecer as bases do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Sob a presidência de Rivet, foi nomeada relatora a sua amiga de muito tempo, Heloisa Alberto Torres. A UNESCO estava novamente representada por Corner e também por Arenales. Os planos da reunião foram cumpridos. Foi aprovado o Projeto da Convenção do IIHA, determinando a sua estrutura administrativa e organizacional e eleita a Comissão Interina. Para presidente foi escolhida Heloisa Alberto Torres e Corner, Secretário Geral, que não gostou de dividir a direção do IIHA com a brasileira pois como representante da UNESCO para a América Latina estava acima dela na hierarquia. Como poderia ser

somente o Secretário Geral no Instituto? Porém este fato não chegou a ser um motivo de conflito no processo de instalação do IIHA. Foi discutido, ainda na Reunião, o programa para o primeiro ano de funcionamento do IIHA - 1948-1949 - considerando, que mesmo oficiosamente, poderia ser posto em prática, tendo em vista o pessoal científico disponível e o orçamento previsto.

Porém, as discussões para chegar ao bom termo do programa para o primeiro ano não foram fáceis, como bem mostrou um relatório (confidencial e sem assinatura) escrito em Lima, em espanhol, logo após a Reunião de Iquitos, e enviado a Rivet. O relatório mostrou que algumas decisões já estavam tomadas antes de serem discutidas, como por exemplo, o plano de atividades que previa a contratação de cientistas para realizar projetos em regiões a serem determinadas. As discussões que surgiram no decorrer da reunião obrigaram, no entanto, a algumas alterações no que havia sido previamente acordado. A UNESCO era criticada por determinar a ação do Instituto a partir de um programa pré-estabelecido. Estes contratos, para Rivet, pareceram “favoritismo”, dizia o relator. A crítica ao projeto estabelecido pela UNESCO surgiu, aparentemente, porque havia o projeto de estudo do vale do rio Huálaga que o Perú tinha interesse em ver desenvolvido. A proposta da expedição ao rio Huálaga desencadeou a polêmica que confrontava prioridades “internacionalistas” da UNESCO com os interesses dos países, no caso o Perú. O relatório não assinado chamava a atenção para uma “guerra surda” que estava no ar, da UNESCO contra a expedição. (Lima, 22 de maio de 1948, Arquivo Paul Rivet).

Em 14 de Maio de 1948, em seguida à Reunião de Iquitos, realizou-se a Reunião de Manaus, a primeira da Comissão Interina. Os participantes: basicamente a Comissão Interina, foram alojados no palácio do governo do Estado e recebidos com honras de Estado(UNESCO/NS/IIHA/13).

A reunião foi presidida por Heloisa Alberto Torres e o relator foi Tobias Lasser, da Venezuela. Imediatamente foi levantada a questão do programa de pesquisa, juntamente com a discussão sobre a delimitação geográfica da área da Amazônia - proposta de Heloisa Alberto Torres. Decidiram que cada estado membro deveria indicar os territórios do país onde se situava a Hiléia e nos quais o IIHA teria a faculdade de realizar trabalhos de pesquisa. Concordaram que o local da sede do IIHA seria Manaus, pois era considerada “o coração da Amazônia” e onde tinham recebido todo o apoio do governo estadual.

Em outubro de 48, Corner enviou o seu próprio relatório destas duas reuniões, preparado para a 3ª Conferência Geral da UNESCO e, neste, deixou claro que havia planejado as atividades do

Instituto, estabelecendo as prioridades da UNESCO, e mostrando porque tinha sido tão reticente à proposta do Delegado do Perú, sobre Huálaga. Para ele, as pesquisas deveriam começar por regiões, que eram ainda desconhecidas, e onde o IIHA já tinha garantido o apoio dos governos estaduais ou nacionais. Neste caso, deveriam se realizar expedições no território do Amapá (Brasil), no Rio Madre de Dios, no Norte do Mato Grosso (Brasil), no limite norte da Hiléia na Colômbia, Venezuela, e Brasil (região do Baixo Orenoco e Baixo Rio Negro), Sierra Cutuco (Equador), Rio Huálaga (Perú) e Gurupá (Brasil), nesta ordem.

Os trabalhos realizados pelo IIHA, no entanto, foram um pouco diferentes do proposto e a ordem foi inversa, pois, realizaram-se as expedições do rio Huálaga (contando com o apoio do Perú e dos Estados Unidos, além da verba da UNESCO) e, a expedição antropológica chefiada por Charles Wagley, assistido por Eduardo Galvão, em Gurupá, cujo contrato já estava fechado por ocasião da reunião de Iquitos (Este trabalho havia sido uma sugestão de Heloisa Alberto Torres, pois Wagley já realizava trabalhos com o Museu Nacional do Rio de Janeiro há mais de dez anos).

O que houve em Iquitos e Manaus, em relação às expedições científicas do IIHA, refletia um jogo de interesses nacionais, do qual a UNESCO não podia fugir. Arenales no seu relatório da reunião de Iquitos demonstrou seu pessimismo: -“*o futuro do IIHA é desde agora muito incerto*”, em razão do que apontou como “absurdos” (legal e financeiro) surgidos na reunião porque havia um forte sentimento anti-imperialista, contra à UNESCO, por parte dos países participantes e uma forte manifestação de ciúmes nacionais entre os países – por exemplo, reiteradamente classificava-se de imperialista a posição do Brasil, que garantiu, para si, 50% do orçamento do instituto, a título de possuir a maior área geográfica. Sobre a questão da aprovação do Rio Huálaga, a representação da UNESCO julgou que teria *implicações práticas* as quais os delegados não se davam conta (UNESCO, IIHA/Pasta 166/1).

Após as reuniões de Iquitos e Manaus, malgrado as dificuldades que tinha sido a preparação das Conferências, o IIHA parecia estar nos trilhos ou, ao menos, o secretariado da UNESCO fez como se fosse, de maneira a apresentar um balanço positivo no seu relatório de atividades para a 4ª Conferência Geral que se realizaria em Beirute, em novembro-dezembro de 1948. Vários números do “*Courrier de l’UNESCO*” anunciaram o sucesso de Iquitos, a criação do IIHA, e as expedições. Mas o papel da UNESCO de “dar vida ao IIHA”, parou no final de 1948 (Nota de Malina a Blonay, UNESCO, Pasta, 168bis/4). É preciso dizer que os engajamentos financeiros tomados em

IQUITOS eram um pouco irrealistas, embora a UNESCO os tenha reproduzido em todos os balanços que fez para Beirute, a fim de sublinhar o engajamento dos países latino-americanos no IIHA [□].

Para não deixar Corner completamente isolado, a UNESCO destacou uma brasileira, Célia Neves, uma das responsáveis pela divisão administrativa da UNESCO em Paris, para auxiliá-lo. Ela fez três relatórios sobre a situação do IIHA e constatou que a ignorância à propósito do Instituto era total, tanto no meio científico como no diplomático que esperavam, em vão, o relatório sobre IQUITOS da delegação brasileira (06/11/48-Pastas 168/1; 20/01/49-168/2; 13/07/49-168/2).

Em setembro de 1948, Paulo Carneiro viajou ao Brasil para fazer avançar a ratificação da Convenção de IQUITOS, no que foi auxiliado por Célia Neves. Ele conseguiu que o presidente Dutra endossasse a Mensagem e o documento foi encaminhado à Câmara dos Deputados, em 4 de outubro (DO, 20/10/1948). Durante sua estadia, trabalhou para convencer cientistas e diplomatas. Foi convidado da SBPC, que acabava de ser criada, para uma conferência pública em São Paulo, em 1º de outubro de 1948, onde ele apresentou o projeto: *A Amazônia e seu aproveitamento científico*. Ele insistiu sobre o papel de coordenação da pesquisa no nível internacional pela UNESCO e sobre a necessidade de coordenar as diferentes disciplinas indispensáveis à recuperação daquela vasta região “selvagem” e teve acolhida favorável (Revista Ciência e Cultura, Vol I, nº 1-2, p.57). Da mesma forma, em outubro de 1948, ao ser criada a Sociedade Botânica Brasileira, Paulo Carneiro participou do encerramento da primeira reunião, realizado no salão de Conferências do Ministério da Agricultura, onde expôs todas as fases do projeto do Instituto da Hiléia Amazônica, especificando que a sua finalidade era de somente servir o Brasil, em estreita cooperação com os demais países daquela vasta região (Revista Ciência e Cultura, vol.II, nº2, Abril/1950, pp.155,156).

Na Conferência Geral da UNESCO em Beirute, o IIHA foi apresentado como um sucesso e serviu de modelo para o projeto de um Instituto Internacional de Zonas Áridas (IIZA). Estando o

Resumo

Este trabalho trata da história do projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, da UNESCO, como um dos primeiros projetos desta instituição que foi criada no contexto de conciliação dos países, no imediato pós-segunda guerra. Neste sentido, o IIHA foi analisado como uma redescoberta do valor da Amazônia, considerada de grande significância política e científica, representativa do mundo tropical úmido. A análise permitiu relativizar a idéia de [re]descoberta à de colonização, que, por sua vez, inclui o imperialismo e nacionalismo político. O IIHA reuniria os países sul-americanos cujo território integrava a região, porém, disputas entre eles, um nacionalismo exacerbado que se manifestou no Brasil, e as mudanças nos rumos políticos da UNESCO, acabaram minando o projeto. Malgrado as reiteradas tentativas para legalizá-lo, o IIHA, juntamente com a UNESCO, foi acusado, de todos os lados, de imperialista. No seu lugar o Brasil criou o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia no início da década de 1950.

IIHA nos trilhos, a UNESCO podia se desembaraçar dele. Ela inscreveu no orçamento para o ano seguinte uma pequena soma de 12 000 dólares, que seria despendida somente após as ratificações da Convenção de Iquitos. O Diretor geral seria o mandatário para concluir um acordo com o IIHA (e sua Comissão Provisória) em vista à assegurar uma cooperação estreita entre o Instituto e a UNESCO. Este acordo previa a ajuda da UNESCO para a realização dos projetos do Instituto que interessassem o programa de organização, as trocas de informação e de pessoal, a manutenção de serviços comuns e concessões de facilidades recíprocas. Paul Rivet foi o único que manifestou -se céptico quanto ao futuro de sucesso do Instituto.

V. Nacionalismo contra internacionalismo: derrota da “redescoberta”

As dúvidas sobre o futuro do IIHA suscitaram novamente inquietações quando, às vésperas da abertura da Conferência de Beirute, Corner, vendo-se incapaz de organizar o Instituto em Manaus e lamentando o seu isolamento científico, apresentou sua demissão do cargo que tinha na UNESCO e na Comissão Provisória. Desde meados de novembro fechou o escritório em Manaus, regressando ao Rio para, em fins de dezembro, partir para a Inglaterra. Esta demissão não tomou todos os membros da direção da UNESCO de surpresa. Desde a sua volta à Manaus, Corner queixou-se, em várias cartas ao Secretário da UNESCO, da ausência de financiamento e do descaso com seu trabalho. O relatório preparado para Beirute havia sido também causa de conflito: de quem era a responsabilidade, do Secretário ou dele, Corner? Mais uma vez era contestado como centralizador e autoritário o caráter da UNESCO. - *É possível dirigir um instituto amazoniano de Paris?* (UNESCO, pasta 168/2).

Na mesma época eclodiu no Brasil a polêmica sobre a aprovação do projeto do IIHA na Câmara, e a notícia ocupou todos os jornais. O projeto tinha dois agravantes políticos fortes: seria um instituto internacional e seria na Amazônia.

A Convenção de Iquitos tinha sido assinada com plenos poderes pelo representante francês e ‘ad referendum’ pelos representantes dos demais países presentes à reunião. No Brasil, depois das gestões de Paulo Carneiro nas instituições e junto ao Ministério das Relações Exteriores, o documento foi encaminhado ao Presidente Gaspar Dutra, que por sua vez o enviou ao Congresso Nacional dizendo na sua Mensagem (nº 536/48) que se oferecia a oportunidade de “*consagrar-se ao estudo racional de uma imensa área do globo terrestre todos os recursos de que dispõe o progresso científico, através de um órgão internacional (...) Outrossim, não se pode separar no projeto em*

exame os benefícios econômicos, educacionais e sociais dos seus aspectos políticos ...” (Diário do Congresso Nacional, 20 de outubro de 1948).

Foi neste trajeto do documento para a Câmara que se deu a explosão do IIHA nos jornais. O nacionalismo brasileiro dava um grande grito de protesto, contra o internacionalismo do Instituto da Hiléia, na voz do deputado, e ex-presidente, Artur Bernardes. Este, como presidente da Comissão de Segurança Nacional pediu, sem perda de tempo, um parecer do Estado Maior das Forças Armadas sobre o IIHA. O argumento mais forte de Bernardes era a possível dominação imperialista sobre a Amazônia, que vinha travestida de objetivos científicos e econômicos (Revista do Clube Militar, fev.(1949)79). Em 27 de janeiro, Artur Bernardes leu na Câmara o relatório da Comissão de Segurança Nacional; relatório que colocou o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica em chamas.

Em fevereiro, Paulo Carneiro foi chamado a depor na Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara de Deputados. Esta Comissão acabou por aprovar a criação do Instituto, ao contrário da Comissão de Segurança Nacional. Bem como, o parecer pedido ao EMFA foi favorável e saiu em 31 de março de 1949. O Chefe do EMFA enfatizou a importância da criação do IIHA, apenas sugeriu algumas modificações ao documento da Convenção, como por exemplo, que se deixasse claro que para realizar as atividades do *Instituto dentro do território de um Estado membro, fariam consulta prévia a este Estado, e mediante o consentimento do mesmo.*

Contudo, a UNESCO saía do jogo, mas, dois fatos contribuíram para não acabar de uma vez o projeto do IIHA: o Ministério das Relações Exteriores do Brasil destinou, em março de 49, a quantia de 36000 dólares para o IIHA e, a Colômbia e o Equador, após a França, ratificaram a Convenção, faltando apenas dois países fazê-lo para que o Instituto se tornasse finalmente oficial.

Setembro e outubro de 1949 foi talvez o período mais complicado para o IIHA. Enquanto em Paris acontecia a 4ª Reunião Geral da UNESCO, no Rio de Janeiro, a Comissão de Segurança Nacional, presidida por Artur Bernardes, deu seu voto mortal à criação do Instituto, impedindo o Brasil de assinar a Convenção de Iquitos. Na 4ª Conferência Geral, Heloisa Alberto Torres falou como presidente do IIHA. Isto suscitou controvérsias na imprensa brasileira e Paulo Carneiro foi obrigado a esclarecer pessoalmente ao Ministro das Relações Exteriores que ele, pessoalmente, havia feito retirar qualquer engajamento financeiro da UNESCO para o IIHA, para 1950. Assim, não antecipava a ratificação oficial do Brasil (Itamaraty, telegramas da Legação de Paris, 1947/49). Na 5ª

Conferência Geral da UNESCO, em Florença, em junho de 1950, o IIHA foi mencionado apenas para relatar as expedições de Wagley e Bolivar/Buitron que haviam se realizado ainda em 1948.

Uma série de fatos haviam se somado naqueles meses desfechando a ira nacionalista de Bernardes. No início de outubro o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas recebeu um pedido de licença para a realização de uma missão francesa na Amazônia, ligada ao chamado 'Groupe Liotard', pretendendo ser considerada parte das atividades do novo Instituto.

Bernardes, logo que soube desta expedição subiu inflamado à tribuna dizendo:

“Ao mesmo tempo em que se comunica de Paris, pela imprensa, que a sra. Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, ao discutir na UNESCO o Orçamento a ser aprovado para o financiamento do IIHA, expôs com eloquência a utilidade desse organismo para o futuro dos diferentes países da América Latina que possuem território na região amazônica, - estampam os jornais, uma notícia transmitida pela United Press, segundo a qual uma grande expedição francesa explorará aquela imensa zona, cujos preparos vem sendo feitos há dois anos.

Ele falou ainda da declaração do presidente do Conselho de Fiscalização, publicada no O Globo, onde este dizia que não havia nenhuma formalidade legal para a realização desta expedição.

(MAST- Fundo CFE). Para Bernardes não se tratava de impedir a prática científica na região:

“Evidentemente, não desejamos prejudicar o progresso da ciência nem isolar o Brasil do planeta. Nem tampouco vedar a Associação de grandes recursos da ciência e da técnica em favor do nosso desenvolvimento, se feito de modo conveniente. Cabe-nos porém, o direito de não permitir a livre prática do internacionalismo em detrimento da nossa soberania e da nossa formação (Diário do Congresso Nacional -3 de outubro de 1949).

Em 29 de novembro, Bernardes fez outro violento discurso contra o IIHA, lendo uma carta anônima dirigida a ele, a qual atacava, não somente a legitimidade do poder de Paulo Carneiro e Heloisa Alberto Torres sobre a pretendida instituição, mas ainda, o Ministério das Relações Exteriores e mesmo a legitimidade institucional da Unesco. Na carta, o IIHA era considerado o emblema da nossa futura “desagregação territorial”.

‘Mas, [a Amazônia] é brasileira; é um patrimônio que nos veio da sabedoria dos nossos ancestrais. Não temos o direito de pô-la em leilão, por displicência dos poderes públicos, ...

Em dezembro, Paulo Carneiro, em carta à Heloisa A. Torres, comentou o discurso de A. Bernardes: *“Gratuitas injúrias, conduta incrível ...”*, pois escondia-se atrás de um anonimato para dizer coisas impensáveis. Disse que estava enviando ofício ao Itamarati protestando contra a inércia da instituição frente às decisões da Câmara sobre o IIHA (Arquivo HAT- 10/12/1949). Neste ofício Paulo Carneiro pedia ao Ministro Raul Fernandes uma tomada de posição do Itamarati em relação ao

projeto do IIHA e ele, se dizia responsável pela defesa da posição da representação brasileira na UNESCO.

Para consolidar entretanto a posição nacionalista, Artur Bernardes obteve a adesão do Instituto Brasileiro de Geopolítica que, em janeiro de 1950, divulgou um longo relatório, completamente desfavorável ao projeto do Instituto Internacional.

O Parecer da Comissão do Instituto Brasileiro de Geopolítica sobre a Convenção do IIHA foi extremamente duro na sua crítica contra a criação do Instituto Internacional. A questão central era o “internacionalismo” que viria juntamente com a prática científica. Neste documento os argumentos utilizados revelavam o quanto eles estavam inseridos no contexto político daquele momento, onde o nacionalismo exacerbado era ainda um resquício da Segunda Guerra, agravado pelo início da Guerra Fria.

O Instituto Geopolítico, além de desconsiderar o poder de Paulo Carneiro para defender o projeto de um instituto internacional de pesquisas para Amazônia, dizia que tal instituto feriria os princípios da soberania do país, colonizando-o, pois, *a concorrência estrangeira de séculos vem estudando e sugando nossas fontes de riqueza*. Os assuntos geopolíticos somente poderiam ser animados pelo patriotismo, nunca pelo internacionalismo, porque: *no INTERNACIONALISTA a corda geopolítica não vibra ...* A tarefa de ‘colonização’ da Amazônia devia ser reservada aos brasileiros.

Sublinhavam o caráter imperial do Brasil: ... *possuímos um império sem rotas oceânicas a separar a metrópole da colônia, que é o nosso interior despovoado que vamos colonizando aos poucos conforme nossas necessidades. Não há razão alguma que indique a necessidade de superlotação da escória da Europa dos nossos reservatórios de expansão futura* (Revista do Clube Militar, Jun./1950-grifos nossos).

O relatório deixou claro que estava em jogo uma questão de poder sobre a região amazônica. A idéia de colonizar a região estava nos planos de ambos, porém, a questão era: quem regeria a colonização, de que forma e com que alianças?

Como se sabe, naquele contexto do pós-guerra, alguns recursos naturais passaram ao primeiro plano como as pesquisas de minas de urânio e o petróleo, que fazia a fortuna de quem o ‘descobria’. No Brasil, os cientistas haviam começado um amplo trabalho para o desenvolvimento da pesquisa nuclear que motivou indiretamente a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas em 1949 (que teve também financiamento da UNESCO) e diretamente a do Conselho Nacional de

Pesquisas Científicas (CNPq) em 1951. Ao mesmo tempo, o petróleo, desde 1947, era alvo de um movimento político nacionalista muito forte. O “*petróleo é nosso*” foi uma campanha cerrada contra a sua exploração por companhias estrangeiras, principalmente americanas, que queriam instalar-se no país. A Comissão de Geopolítica discutiu também o possível poder que o IIHA teria sobre o subsolo da Amazônia. Além disto, no contexto da guerra fria, identificaram as representações européias da UNESCO e também da ONU, como agentes “bolcheviques” e alardearam que se o Brasil assinasse a Convenção, perderia a sua soberania e ainda abriria as portas da Amazônia aos comunistas.

Naquele primeiro semestre de 1950 foi inútil retomar a discussão para a criação do IIHA, com a preparação, pelo Itamarati, do “Protocolo Adicional à Convenção de Iquitos”. Este foi encaminhado ao Congresso Nacional, pelo Presidente da República, no mês de maio de 1950 e sua mensagem dizia que o documento tinha sido elaborado para *dissipar dúvidas surgidas de interpretações errôneas do texto da Convenção de Iquitos; precisar com a máxima clareza os objetivos exclusivamente científicos do IIHA; reafirmar o mais escrupuloso respeito à soberania de cada um dos países em cujos territórios for o Instituto autorizado a desenvolver suas atividades ...;*

A assinatura do Protocolo Adicional deveria ser realizada em 13 de maio de 1950, na sede do Itamarati, no Rio de Janeiro. Porém, mais uma vez, o Congresso Nacional impediu que o Brasil o assinasse.

A UNESCO foi mantida de fora das negociações sobre o Protocolo Adicional à Convenção de Iquitos, preparado em janeiro e fevereiro de 1950. Em julho de 1950, Auger, que substituiu Needham na chefia da Divisão de Ciências Naturais da UNESCO, considerou que uma consequência disto devia-se ao fato de que o IIHA se manteria praticamente desligado da UNESCO, como um organismo multinacional, porém conservava seus objetivos iniciais de pesquisa. Esperava que até janeiro de 1951 o Brasil ratificasse o Protocolo Adicional, mas, em novembro de 1950 a UNESCO tomou ciência de estar definitivamente descartada do IIHA e Torres Bodet escreveu decepcionado a Paulo Carneiro:

“Se a UNESCO esteve associada aos trabalhos da Conferência de Iquitos, foi somente por vossa comunicação que fui informado das modificações feitas ao texto primitivo pelo Protocolo Adicional. Constatei que certas modificações afetavam diretamente os direitos da UNESCO e sua participação nos trabalhos do Instituto, tal como tinham sido definidos na Convenção de Iquitos (Carta T. Bodet a Paulo Carneiro, 03/11/1950, UNESCO, pasta 168/1).

VI. A valorização e preservação da natureza: modo de salvar o Instituto

A luta para que o IIHA não fosse enterrado foi levada adiante por Paulo Carneiro. Em 26 de abril de 1951, numa tentativa de ganhar a confiança do Exército brasileiro, ele fez uma conferência na Escola Superior de Guerra justificando a criação do Instituto da Hiléia a partir dos principais pontos de ataque a ele, a começar pelo internacionalismo. Lembrou na ocasião que o Brasil participava de organizações internacionais e nem por isso viu em algum momento a sua soberania ameaçada. Ele falava para os militares que, através de várias instituições haviam se postado contrários ao IIHA: o Instituto de Geo-Política, a Comissão Parlamentar de Segurança Nacional e o Clube Militar.

Porém, Paulo Carneiro acreditava que podia informar-lhes melhor sobre o caráter científico do empreendimento, demonstrando o seu valor ecológico e, ao mesmo tempo sublinhando o valor social das ciências, no sentido de resolver os problemas de esgotamento dos solos aráveis ou das suas reservas naturais, numa proporção inversa ao crescimento da população, cujos meios de controle sofriam ainda muitas sanções de ordem moral. Lembrou que a exaustão do solo causada pelas chuvas constantes e pela derrubada inconsequente das florestas pelo homem estava transformando grandes partes da terra amazônica em zonas áridas. Assim: *“A extensão e a gravidade desse deperhecimento da terra, num processo irreversível, despertou alarme mundial e, hoje, uma legião de cientistas está mobilizada numa campanha internacional pela proteção da natureza e dos seus recursos minerais, vegetais e animais.”*

Afirmou, além disso, que a criação da ONU, da UNESCO e do próprio Instituto Internacional da Hiléia Amazônica tinham o mesmo propósito de proteger a natureza e estabelecer as relações do homem com o meio sem que um ou outro fosse ‘violentado’. Quanto a internacionalização dizia que o IIHA era internacional, como eram outras instituições tal que a União Postal, a União para a Proteção da Natureza, o Bureau dos Pesos Medidas ou a União de Telecomunicações.

A luta incansável de Paulo Carneiro pela criação de um instituto para a Amazônia, como projeto científico internacional, foi em vão. Em 1952, teve lugar a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia sob os auspícios do CNPq. Naquela ocasião, o CNPq, depois de discutir os prós e contras da criação de um Instituto Nacional, em face à existência do Instituto Agrônomo do Norte e do Museu Emilio Goeldi, acabou por nomear uma Comissão para preparar as bases da nova instituição da qual Paulo Carneiro foi convidado a fazer parte (MAST- Anais do CNPq, S.104.

Out.1952). Por decreto do Presidente da República o INPA foi instituído em 1952 mas somente passou oficialmente a funcionar em 1954, quando foi nomeado o seu primeiro diretor, Olympio da Fonseca e, na mesma data, Heloisa Alberto Torres, por ato do presidente do CNPq, foi nomeada Conselheira da nova instituição (Arquivo HAT-Pasta CNPq).

Por outro lado, o Instituto Agrônomo do Norte, dirigido por Felisberto Camargo considerou como “um sonho” o projeto do IIHA, embora tivesse apresentado à UNESCO os seus projetos. Em 1949, a Time Magazine publicou, um artigo sobre o IIHA a partir de uma entrevista sua, com a foto legendada: *“No dreamer, he”*. Segundo este artigo, a Amazônia era uma gigantesca “terra improdutiva”, seguidamente inundada, com vales que não são férteis. Só havia uma única solução: fazer plantações massivas de seringueiras. Camargo propunha a colonização da região com mão-de-obra asiática. O artigo concluiu então: *“O Dr Camargo não divide com a UNESCO o sonho fácil de construir uma grande civilização da “Hiléia Amazônica”. De todas as suspeitadas riquezas da Amazônia, ele não encontrou grande tesouro para explorar, somente meios de conquistar a terra improdutiva”*. Com esta orientação, que triunfou no Brasil no início dos anos 1950, em que a questão da Amazônia era tratada sob o ângulo da valorização e colonização agrícola, Camargo se ateve à utilização da terra e, neste sentido, se opôs aos objetivos que haviam impulsionado Paulo Carneiro desde 1945 a criar o “sonhado” Instituto Internacional da Hiléia Amazônica voltado para a pesquisa científica.

Conclusão: entre colonização e internacionalização

Juridicamente o fracasso do Instituto Internacional de Hiléia Amazônica se deveu à recusa brasileira de ratificar a Convenção de Iquitos e o seu Protocolo Adicional em 1950. Porém, para além do jogo político que tem envolvido desde há muito tempo qualquer iniciativa de relançamento, seja econômico, seja social ou seja científico na Amazônia, as razões para o estabelecimento de um instituto científico na região, no contexto do pós-guerra, envolveram relações internacionais de cooperação científica de um lado e, de outro, absorveram rivalidades tanto regionais, como internacionais que a UNESCO, por se apresentar como um organismo “neutro”, não previra, ou não estava preparada para enfrentá-los, era afinal uma instituição nova.

O “princípio de periferia” de Joseph Needham, que buscava refundar as bases científicas internacionais sobre alicerces menos europocentristas, coincidiu com a proposta de Paulo Carneiro de criar um instituto internacional de pesquisas para a Amazônia que reunisse os países da região

apenas com fins científicos, porém, tal princípio encerrava contradições, como uma ação centralista do próprio Secretariado da UNESCO naqueles anos, a sua indefinição no que era concernente às funções de um instituto internacional de ciências, ou as fortes pressões dos países economicamente mais fortes, como a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos, somaram para o fracasso do IIHA.

Paulo Carneiro, não estava tão impulsionado pelo mito de que a Amazônia constituía uma “fonte inesgotável de riquezas” e buscou, ao projetar o IIHA, desvendar este “mito” através do conhecimento científico. Não era objetivo do IIHA simplesmente levar um prolapado “progresso” agrícola à região, como objetivava, por exemplo, o Instituto Agrônômico do Norte na direção de Felizberto Camargo. Ambos tinham preocupações sociais traduzidas, para Paulo Carneiro em antropologia e, para Camargo em importação de colonos. O IIHA visava conhecer a floresta úmida, estudando a botânica, a zoologia, a geologia e como nela se integrava o homem. Era, como dizia Paulo Carneiro, um, projeto de “ecologia humana” que visava respeitar o modo de vida dos índios e sua cultura mas, ao mesmo tempo, previa, preservando os recursos naturais, levar-lhes a “civilização” pela medicina, educação, alimentação. Em última instância, tal plano não era contraditório com os planos de “colonização” nacionais, de importação de imigrantes ou de raças animais (de gado principalmente), adaptadas ao clima quente e úmido. A UNESCO abraçou o projeto de Paulo Carneiro com todas as contradições que ele implicava.

O IIHA, no entanto, foi entendido como mais um projeto de colonização, ao lado de tantos outros, principalmente, o grande projeto de “valorização da Amazônia” levado a efeito por Getúlio Vargas. A política deste, diferentemente da proposta de Paulo Carneiro, visava transformar a Amazônia num grande campo arável para a agricultura. O termo ‘valorização’ é o termo que designava as políticas de colonização do período entre guerras (como na França, por exemplo). O abandono do IIHA e a subsequente criação do INPA deu-se em conformidade a este contexto político. Significou também a vitória de um grupo científico do país, sobre outro, pois, a comunidade estava, desde o começo, dividida sobre a questão.

As preocupações da UNESCO com a desertificação, com a superpopulação, com as condições de vida nos trópicos ou com a fome no mundo: temas recorrentes no imediato pós-guerra, levaram-na a abraçar o projeto do IIHA. Porque então temer um instituto internacional a partir da UNESCO? O IIHA era o projeto de um instituto internacional e, como a UNESCO, era inter-governamental sobre territórios nacionais – aos moldes do atual Centre Européen de Recherche

Nucléaire em Genebra, Suíça. Porém, embora não jogasse com a soberania dos países, era um projeto internacionalizante. Ora, num mundo dividido por linhas nacionais e, especificamente, visando uma região envolvida pelo mito de ser o grande reservatório mundial de riquezas, o projeto do IIHA acabou sendo derrotado pelas próprias contradições que engendrava.

O “mito” amazônico, é certo, é uma construção do nacionalismo mas existia e não foi ignorado. Ao elaborar a Convenção de Iquitos estas questões, discutidas internamente na UNESCO, não conseguiram superar as dissensões nacionais, que foram capitalizadas também pelas disputas científicas. Elas se tornaram evidentes ao ser decidida a participação econômica de cada um dos países envolvidos no IIHA e quando foram apresentados os primeiros projetos de exploração científica que seriam realizados às expensas do Instituto da Hiléia. Porém, as acusações de internacionalização ameaçando a soberania dos Estados, que rondaram todas as críticas ao Instituto da Hiléia, dificilmente serão detectadas nos arquivos diplomáticos ou, mesmo, nos da UNESCO. O projeto trazia implícitas todas as ambigüidades da época – a ciência neutra e universal, a confusão entre internacionalismo e europocentrismo – e todo o irrealismo político dos cientistas que não sabiam lidar com os ritmos diplomáticos, as finanças, ou com a situação da guerra fria.

Na verdade, imperialismos, internacionalismos, nacionalismos são as muitas formas de que se tem revestido os processos de colonização. A colonização, por sua vez, é um elemento forte das descobertas, (principalmente das descobertas territoriais), de que as descobertas científicas não são exclusivas, e foi o grande nó que o projeto do Instituto Internacional da Amazônia não conseguiu desatar.